

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	11
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	13
7. TRIBUTOS COMPENSAVEIS	14
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	17
10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	17
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	17
12. ATIVOS DE CONTRATO	20
13. INTANGÍVEL	20
14. ARRENDAMENTOS	22
15. FORNECEDORES	23
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	24
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	25
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	28
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	28
20. PROVISÕES	31
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	37
22. RECEITA	38
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	41
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	45
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	46
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	48
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	55
28. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS	56
DESEMPENHO DE Nossos NEGÓCIOS	58
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR	67

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	788.847	198.694
Títulos e valores mobiliários	5	580.523	342.243
Consumidores e revendedores	6	2.822.406	3.021.976
Concessionários - transporte de energia	6	277.473	264.910
Tributos compensáveis	7	1.513.515	1.907.198
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	196.553	45.363
Estoques		24.874	29.963
Contribuição de iluminação pública		198.737	233.315
Reembolso subsídios tarifários	10	90.963	287.420
Subvenção baixa renda		50.269	46.540
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	1.315.658	1.221.433
Outros ativos		394.286	161.923
Total do circulante		8.254.104	7.760.978
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	7.562	69.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	2.208.825	1.656.651
Tributos compensáveis	7	934.329	1.197.692
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	72.211	68.967
Depósitos vinculados a litígios	9	633.898	619.772
Concessionários - transporte de energia	6	46.624	48.148
Outros ativos		13.101	13.352
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	948.513	1.609.844
Ativos de contrato	12	2.127.660	1.926.652
Intangíveis	13	9.800.404	9.449.638
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	14	150.896	176.809
Total do não circulante		16.944.023	16.836.650
Ativo total		25.198.127	24.597.628

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	856.258	875.254
Fornecedores	15	1.578.718	2.019.994
Impostos, taxas e contribuições	16	202.035	226.823
Salários e encargos sociais		171.696	141.428
Encargos regulatórios	18	403.543	499.178
Participação dos empregados e administradores no resultado		68.234	87.116
Obrigações pós-emprego	19	258.999	244.559
Contribuição de iluminação pública		291.511	357.106
Créditos de energia injetada		310.622	236.000
Passivos financeiros setoriais da concessão	11	-	51.359
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	25	986.795	916.961
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	2.579.363	704.025
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	30.109	49.261
Outros passivos		261.002	250.829
Total do circulante		7.998.885	6.659.893
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.939.029	3.371.907
Provisões	20	2.641.239	1.203.590
Obrigações pós-emprego	19	3.974.206	3.928.836
Encargos regulatórios	18	48.300	197.457
Passivos financeiros setoriais da concessão	11	270.951	-
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	33.384	2.132.289
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	137.305	141.751
Outros passivos		19.232	19.239
Total do não circulante		11.063.646	10.995.069
Total do passivo		19.062.531	17.654.962
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		5.371.998	5.371.998
Reservas de lucros		3.404.039	3.404.039
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.833.371)	(1.833.371)
Lucros (prejuízos) acumulados		(807.070)	-
Total do patrimônio líquido		6.135.596	6.942.666
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.198.127	24.597.628

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Receita	22	9.679.436	9.463.013
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	23		
Energia elétrica comprada para revenda		(4.235.694)	(4.523.541)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.468.393)	(1.485.726)
		(5.704.087)	(6.009.267)
Custos	23		
Pessoal e administradores		(311.115)	(351.266)
Materiais		(18.347)	(23.929)
Serviços de terceiros		(497.870)	(548.013)
Amortização		(307.641)	(287.081)
Provisões para contingências, líquidas		(95.540)	(16.424)
Provisões operacionais, líquidas		(1.405.106)	-
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(1.112.782)	(719.519)
Outros		(16.223)	(31.119)
		(3.764.624)	(1.977.351)
Custo total		(9.468.711)	(7.986.618)
Lucro bruto		210.725	1.476.395
Despesa operacional	23		
Despesas com vendas		(133.709)	(36.389)
Despesas gerais e administrativas		(377.314)	(194.864)
Outras despesas operacionais, líquidas		(312.845)	(239.385)
		(823.868)	(470.638)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(613.143)	1.005.757
Receitas financeiras	24	405.157	292.851
Despesas financeiras	24	(712.741)	(282.393)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(920.727)	1.016.215
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(155.798)	(296.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	552.174	20.498
Lucro (prejuízo) líquido do período		(524.351)	739.793
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	21	(0,22)	0,31

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Receita	22	4.931.119	4.801.038
Custos operacionais			
Custo com energia elétrica	23		
Energia elétrica comprada para revenda		(2.257.209)	(2.375.202)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(579.441)	(720.452)
		(2.836.650)	(3.095.654)
Custos	23		
Pessoal e administradores		(172.912)	(201.032)
Materiais		(10.060)	(16.212)
Serviços de terceiros		(248.554)	(301.446)
Amortização		(155.707)	(144.284)
Provisões para contingências, líquidas		(36.073)	(31.490)
Provisões operacionais, líquidas		(1.405.106)	-
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(683.279)	(398.218)
Outros		(7.901)	(23.450)
		(2.719.592)	(1.116.132)
Custo total		(5.556.242)	(4.211.786)
Lucro bruto		(625.123)	589.252
Despesa operacional	23		
Despesas (reversão) com vendas		(89.450)	7.789
Despesas gerais e administrativas		(206.731)	(49.160)
Outras despesas operacionais, líquidas		(170.993)	(123.170)
		(467.174)	(164.541)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(1.092.297)	424.711
Receitas financeiras	24	218.830	185.337
Despesas financeiras	24	(551.217)	(135.424)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.424.684)	474.624
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	-	(130.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	524.406	3.254
Lucro (prejuízo) líquido do período		(900.278)	347.641
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	21	(0,38)	0,15

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Lucro (prejuízo) líquido do período	(524.351)	739.793
Resultado abrangente do período	(524.351)	739.793

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Lucro (prejuízo) líquido do período	(900.278)	347.641
Resultado abrangente do período	(900.278)	347.641

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	2.653.670	(2.004.037)	-	6.021.631
Lucro líquido do período	-	-	-	739.793	739.793
Resultado abrangente do período	-	-	-	739.793	739.793
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,0772 por ação)	-	-	-	(182.086)	(182.086)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	5.371.998	2.653.670	(2.004.037)	557.707	6.579.338
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5.371.998	3.404.039	(1.833.371)	-	6.942.666
Prejuízo do período	-	-	-	(524.351)	(524.351)
Resultado abrangente do período	-	-	-	(524.351)	(524.351)
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,1198 por ação)	-	-	-	(282.719)	(282.719)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	5.371.998	3.404.039	(1.833.371)	(807.070)	6.135.596

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do período		(524.351)	739.793
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	19	225.518	170.420
Amortização	13b e 14a	354.256	330.129
Provisões operacionais	23d	1.649.267	41.813
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	12	(7.053)	(3.722)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13b	10.309	12.787
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	22	(935.491)	(430.911)
Juros e variações monetárias		538.523	219.156
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(38.762)	(20.025)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	874	904
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	972.040	(792.651)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8a	(552.174)	(20.498)
		<u>1.692.956</u>	<u>247.195</u>
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		65.861	(24.391)
Concessionários - transporte de energia		(11.039)	(4.096)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		190.658	-
Tributos compensáveis	7	170.438	(21.644)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(15.177)	(11.566)
Depósitos vinculados a litígios		5.833	(45.568)
Contribuição de iluminação pública		34.578	(17.731)
Reembolso subsídios tarifários	10	196.457	635
Subvenção baixa renda		(3.729)	342
Outros		(241.935)	(18.264)
		<u>391.945</u>	<u>(142.283)</u>
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(473.489)	(21.950)
Impostos, taxas e contribuições		443.452	460.059
Imposto de renda e contribuição social a pagar		155.798	296.920
Salários e encargos sociais		30.268	22.446
Contribuição de iluminação pública		(65.595)	(22.601)
Encargos regulatórios	18	(244.792)	67.197
Obrigações pós-emprego	19	(165.708)	(143.841)
Provisões	20	(62.997)	(47.139)
Participação dos empregados e administradores no resultado		(18.882)	(33.158)
Outros		103.173	101.227
		<u>(298.772)</u>	<u>679.160</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.786.129	784.072
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	17	(160.970)	(141.502)
Juros de arrendamento pagos	14	(937)	(833)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.624.222	641.737
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira	5	(176.717)	1.109.045
No intangível	13	(26.207)	(13.450)
No ativo de contrato	12	(1.070.325)	(694.187)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.273.249)	401.408
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	17	987.575	-
Pagamento de arrendamento	14b	(29.525)	(26.725)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(548.393)	(851.980)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(170.477)	(242.744)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		239.180	(1.121.449)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	198.694	659.045
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	788.847	580.741

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Receitas		
Venda de energia e serviços	14.549.997	13.821.097
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.112.782	719.519
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	38.762	20.025
Outras receitas	-	4.636
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	(133.709)	(36.389)
	15.567.832	14.528.888
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(4.549.599)	(4.902.137)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.618.064)	(1.637.163)
Serviços de terceiros	(1.044.929)	(881.492)
Materiais	(687.342)	(410.160)
Outros custos operacionais	(1.584.128)	(108.930)
	(9.484.062)	(7.939.882)
Valor adicionado bruto	6.083.770	6.589.006
Retenções		
Amortização	(354.256)	(330.129)
Valor adicionado líquido	5.729.514	6.258.877
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	417.156	307.570
Valor adicionado a distribuir	6.146.670	6.566.447
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	698.834	605.956
Remuneração direta	374.610	351.579
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	264.509	203.264
FGTS	22.780	22.044
Programa de desligamento voluntário programado	36.935	29.069
Impostos, taxas e contribuições	5.237.957	4.923.060
Federais	2.234.285	2.141.617
Estaduais	3.000.188	2.778.288
Municipais	3.484	3.155
Remuneração de capitais de terceiros	734.230	297.638
Juros	728.991	294.331
Aluguéis	5.239	3.307
Remuneração de capital próprio	(524.351)	739.793
Juros sobre capital próprio	282.719	182.086
Lucros (prejuízo) retidos	(807.070)	557.707
	6.146.670	6.566.447

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.926.466 consumidores em 30 de junho de 2022 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

1.1. Adesão à Conta de Escassez Hídrica

Em 03 de maio de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) fixou os valores dos recursos da Conta de Escassez Hídrica referentes aos montantes solicitados pelas concessionárias por meio do Termo de Aceitação às Disposições do Decreto N° 10.939, de 2022, nos termos da ReN nº 1.008/2022.

A Companhia solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse, nos termos do referido Decreto, referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo, bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando R\$190.658, recebidos em 09 de maio de 2022.

As distribuidoras que aderiram ao referido decreto renunciaram a: (i) requerer a suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica, em razão da eventual diminuição do consumo verificada até dezembro de 2022; (ii) distribuir valores superiores a 25% sobre o lucro líquido ajustado pelas Reservas Legal e de Contingências, a título de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de inadimplemento de obrigações intrassetorial; e (iii) ao direito de discutir, em âmbito judicial ou arbitral, as condições estabelecidas no Decreto.

A REN 1.008/2022 estabelece que os valores transferidos a cada distribuidora serão revertidos como componente financeiro negativo até os processos tarifários de 2024, devidamente atualizados pela Taxa Selic e assegurada a neutralidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2021	30/06/2022	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	-	Da concessão
4	3	Informações por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
9	8	Imposto de renda e contribuição social
10	9	Depósitos vinculados a litígios
11	10	Reembolso de subsídios tarifários
12	11	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Intangível
15	14	Operações de arrendamento mercantil
16	15	Fornecedores
17	16	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
18	17	Empréstimos, financiamentos e debêntures
19	18	Encargos regulatórios
20	19	Obrigações pós-emprego
21	20	Provisões
22	21	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
23	22	Receita
24	23	Custos e despesas operacionais
25	24	Receitas e despesas financeiras
26	25	Transações com partes relacionadas
27	26	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
28	-	Seguros
29	-	Obrigações contratuais
30	27	Transações não envolvendo caixa
31	28	Riscos relacionados a compliance com leis e regulamentos
32	-	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das concessões
28	Seguros
29	Obrigações contratuais

2.3. Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações do IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - contratos onerosos e do IAS 16 - Ativo imobilizado, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias da Companhia.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Contas bancárias	39.142	104.930
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	608.372	77.814
Aplicações automáticas - Overnight (2)	141.333	15.950
	749.705	93.764
	788.847	198.694

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 80% e 107% do CDI em 30 de junho de 2022 (70% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 12,89% a.a. a 13,14% a.a. em 30 de junho de 2022 (8,87% a.a. a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2022	31/12/2021
Certificados de Depósitos Bancários (1)	135.325	19.689
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	355.057	345.714
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	86.689	34.937
Debêntures (4)	10.001	4.862
Outros	1.013	6.166
	588.085	411.368
Ativo circulante	580.523	342.243
Ativo não circulante	7.562	69.125

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual que variou de 103% a 112% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip) em 30 de junho de 2022 (107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 104,94% e 130% do CDI em 30 de junho de 2022 (105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 13,14% a.a. a 13,50% a.a. em 30 de junho de 2022 (9,12% a.a. a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a.a. a 114,83% do CDI em 30 de junho de 2022 (TR + 1% a.a. a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 25 e 26.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2022	31/12/2021
Residencial	742.795	259.190	410.980	356.241	67.624	1.836.830	1.871.570
Industrial	27.769	63.592	16.756	13.467	134.576	256.160	261.341
Comércio, serviços e outras	291.848	153.085	115.035	97.563	138.443	795.974	765.846
Rural	127.382	78.849	51.232	47.489	21.853	326.805	349.398
Poder público	108.425	29.658	3.239	1.093	19.601	162.016	236.355
Iluminação pública	13.105	509	422	383	1.009	15.428	22.320
Serviço público	50.965	41.492	3.313	4.268	28.351	128.389	124.974
Subtotal - consumidores	1.362.289	626.375	600.977	520.504	411.457	3.521.602	3.631.804
Concessionários - transporte de energia	67.431	245.425	10.463	7.713	77.402	408.434	400.817
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	31.193	2.727	913	34.833	77.284
Provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	(147.759)	(10.956)	(81.861)	(110.968)	(466.822)	(818.366)	(774.871)
	1.281.961	860.844	560.772	419.976	22.950	3.146.503	3.335.034
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						2.822.406	3.021.976
Concessionários - transporte de energia						277.473	264.910
Ativo não circulante							
Concessionários - transporte de energia						46.624	48.148

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

A provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Residencial	247.575	217.594
Industrial	139.772	141.009
Comércio, serviços e outras	229.980	212.464
Rural	37.342	32.795
Poder público	39.861	44.993
Iluminação pública	1.480	988
Serviço público	38.021	37.269
Concessionários - transporte de energia	84.335	87.759
	818.366	774.871

Em 31 de julho de 2020, a Companhia protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Companhia, passíveis de compensação, são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de junho de 2022, foram compensadas quinze do total de 21 parcelas, no valor de R\$10.584 cada, restando em aberto o montante de R\$63.504, apresentado na linha do Poder Público, coluna a vencer, já que há acordo para seu recebimento. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	774.871
Constituições, líquidas (Nota 23)	133.709
Baixas	(90.214)
Saldo em 30 de junho de 2022	818.366

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
ICMS a recuperar	90.403	77.705
Cofins (a)	1.167.983	1.502.006
PIS/Pasep (a)	253.165	327.075
Outros	1.964	412
	1.513.515	1.907.198
Não circulante		
ICMS a recuperar	374.047	312.339
Cofins (a)	460.340	727.425
PIS/Pasep (a)	99.942	157.928
	934.329	1.197.692
	2.447.844	3.104.890

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia. Foi reconhecido um aumento nos valores a compensar de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$22.539, referente

aos períodos em que foi excluído de sua base de cálculo o valor do ICMS recolhido ao invés daquele destacado nas notas fiscais.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia havia constituído um passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Ocorre que, em 07 de junho de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1.280/22, promovendo alterações na Lei nº 9.427/96 para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de energia elétrica. Esse projeto previa a destinação integral dos créditos tributários relacionados à questão do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS aos clientes das distribuidoras de energia elétrica, sem a limitação do período de 10 anos mencionado acima.

Em 21 de junho de 2022, a Aneel considerou no reajuste tarifário da Companhia os efeitos do ainda Projeto de Lei nº 1.280/22, que aguardava apenas a sanção presidencial para ser convertido. Em 27 de junho, o projeto foi convertido na Lei nº 14.385/22, tendo a Companhia registrado complemento ao passivo constituído conforme notas explicativas nº 16 e nº 20.

A Administração da Companhia aguarda a regulamentação da Lei pela Aneel e avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

A Companhia possui registrado em 30 de junho de 2022 o montante de R\$1.419.268 no ativo circulante e R\$560.282 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No primeiro semestre de 2022, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$823.148 (R\$695.019 no mesmo período de 2021).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda	185.427	37.388
Contribuição social	83.337	76.942
	268.764	114.330
Circulante	196.553	45.363
Não circulante	72.211	68.967

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2022	31/12/2021
Ativos fiscais diferidos		
Prejuízo fiscal / base negativa	33.783	-
Obrigações pós-emprego	1.358.572	1.324.647
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	312.706	292.275
Provisão para redução a valor recuperável	20.154	22.552
Provisões operacionais	477.736	-
Provisões para contingências	359.007	350.522
Taxa de administração	4.688	4.875
Participação de empregados e administradores no resultado	23.200	29.620
Outros	7.545	7.029
	2.597.391	2.031.520
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(216.625)	(207.940)
Encargos financeiros capitalizados	(165.928)	(164.716)
Custo de captação	(6.013)	(2.213)
	(388.566)	(374.869)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	2.208.825	1.656.651

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.656.651
Efeitos alocados ao resultado	552.174
Saldo em 30 de junho de 2022	2.208.825

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Resultado antes dos impostos	(920.727)	1.016.215
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	313.047	(345.513)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	96.124	61.909
Incentivos fiscais	13.433	19.509
Contribuições e doações indedutíveis	(2.658)	(1.624)
Multas indedutíveis	(21.560)	(10.145)
Outros	(2.010)	(558)
	396.376	(276.422)
Alíquota efetiva	(43,05)%	27,20%
Corrente	(155.798)	(296.920)
Diferido	552.174	20.498

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Resultado antes dos impostos	(1.424.684)	474.624
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	484.393	(161.372)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	51.769	32.442
Incentivos fiscais	-	10.186
Contribuições e doações indedutíveis	(1.184)	(1.282)
Multas indedutíveis	(9.153)	(6.506)
Outros	(1.418)	(451)
	524.407	(126.983)
Alíquota efetiva	(36,81)%	26,75%
Corrente	-	(130.237)
Diferido	524.406	3.254

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista	207.816	215.540
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	11.773	11.486
IR/INSS indenização do anuênio (1)	212.270	207.863
JCP na base de cálculo de IR/CS (2)	85.832	81.479
Outros	52.526	43.995
	362.401	344.823
Outros		
Regulatório	30.251	29.425
Cível	6.101	5.696
Relações de consumo	6.867	6.230
Bloqueio judicial	9.101	13.008
Patrimonial	5.406	555
Outros	5.955	4.495
	63.681	59.409
	633.898	619.772

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões - Indenização do anuênio;

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões - Juros sobre Capital Próprio (JCP).

10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios para custear o bônus do “Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica”, vigente de setembro a dezembro de 2021, são reembolsados através dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS). O montante apropriado como receita para subsídios desse bônus foi de R\$205.439 em 31 de dezembro de 2021. Parte desse valor foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2022 via liquidação na CCEE de acordo com as definições do Despacho Aneel nº 397/2022. A Companhia ainda tem a receber o montante de R\$15.774 em 30 de junho de 2022, reconhecidos no ativo circulante.

No primeiro semestre de 2022, o montante apropriado como receitas dos demais subsídios, reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$485.093 (R\$494.424 em 30 de junho de 2021). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$75.189 (R\$81.981 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	948.513	683.729
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	1.315.658	2.147.548
	2.264.171	2.831.277
Ativo circulante	1.315.658	1.221.433
Ativo não circulante	948.513	1.609.844
PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/06/2022	31/12/2021
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	(270.951)	(51.359)
Passivo circulante	-	(51.359)
Passivo não circulante	(270.951)	-

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	226.860
Transferência do ativo intangível (nota 13)	13
Baixas	(851)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	38.762
Saldo em 30 de junho de 2022	948.513

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.151.399	164.259	1.315.658	988.850	4.133.064	5.121.914
Ativo circulante	1.151.399	164.259	1.315.658	988.850	2.397.151	3.386.001
Ativo não circulante	-	-	-	-	1.735.913	1.735.913
Passivo	-	(270.951)	(270.951)	(1.040.209)	(1.985.516)	(3.025.725)
Passivo circulante	-	-	-	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)
Passivo não circulante	-	(270.951)	(270.951)	-	(809.798)	(809.798)
Total circulante líquido	1.151.399	164.259	1.315.658	(51.359)	1.221.433	1.170.074
Total não circulante líquido	-	(270.951)	(270.951)	-	926.115	926.115
Total líquido	1.151.399	(106.692)	1.044.707	(51.359)	2.147.548	2.096.189

COMPONENTES FINANCEIROS	30/06/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	299.633	116.658	416.291	23.593	(90.715)	(67.122)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	74.982	1.810	76.792	145.817	97.203	243.020
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	(5.265)	(3.116)	(8.381)	13.172	(972)	12.200
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	86.100	-	86.100	11.427	18.664	30.091
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	793.473	104.040	897.513	30.948	953.014	983.962
Energia elétrica comprada para revenda	461.623	(981.476)	(519.853)	389.548	1.144.892	1.534.440
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	89.356	334.228	423.584	(67.566)	225.237	157.671
Neutralidade da parcela A	(71.903)	210.140	138.237	24.269	73.081	97.350
Devolução faturamento - Conta-Covid (2)	-	-	-	(371.350)	-	(371.350)
Outros itens financeiros	(519.143)	123.216	(395.927)	(230.046)	(225.769)	(455.815)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(57.457)	(12.192)	(69.649)	(21.171)	(47.087)	(68.258)
TOTAL	1.151.399	(106.692)	1.044.707	(51.359)	2.147.548	2.096.189

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$202.539 em 30 de junho de 2022, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.
- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores foram devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.096.189
Constituição líquida de ativos financeiros	(904.142)
Realização	(67.898)
(-) Recebimento empréstimo da conta de escassez hídrica	(190.658)
Atualização Selic (Nota 24)	111.216
Saldo em 30 de junho de 2022	1.044.707

Reajuste Tarifário Anual

Em 22 de junho de 2022, após prorrogação de 25 dias das tarifas antigas enquanto se esperava a definição de medidas de mitigação tarifária no âmbito federal, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, para vigência até 27 de maio de 2023, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 8,80%, sendo 14,31%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,23%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 5,22%. Este resultado decorre de variação de custos da parcela B (custos gerenciáveis), de 3,89%, em função da inflação (IPCA) apurada nos 12 meses anteriores, e os repasses diretos dentro da tarifa, que impactaram em 4,91%, sendo estes

últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 4,78% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, já tendo sido considerado o efeito redutor da inclusão de R\$409.920 de repasse do aporte na CDE oriundo do processo de capitalização da Eletrobrás; (b) redução de 9,32% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a inclusão de R\$2.810.830 referentes à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 15,20%; bem como o efeito de 9,45% referente à (c) retirada dos componentes financeiros do processo anterior. Para mais informações sobre a restituição aos consumidores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, ver nota explicativa nº 16.

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.926.652
Adições	1.086.575
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11)	(226.860)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(665.760)
Perda por redução ao valor recuperável (1)	7.053
Saldo em 30 de junho de 2022	2.127.660

(1) Refere-se à reversão de provisões para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas).

Dentre as adições realizadas no primeiro semestre de 2022, no montante de R\$1.086.575, está contemplado R\$16.250 (R\$11.938 no período de janeiro a junho de 2021) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

13. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

a) Composição do saldo

	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	23.860.221	(10.858.664)	13.001.557	22.935.008	(10.473.515)	12.461.493
(-) Obrigações especiais (c)	(5.045.966)	1.704.751	(3.341.215)	(4.773.952)	1.613.335	(3.160.617)
Ativos da concessão líquidos	18.814.255	(9.153.913)	9.660.342	18.161.056	(8.860.180)	9.300.876
Intangível em curso	140.062	-	140.062	148.762	-	148.762
Total do intangível	18.954.317	(9.153.913)	9.800.404	18.309.818	(8.860.180)	9.449.638

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.449.638
Adições	26.207
Baixas	(9.458)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	665.760
Transferência para ativo financeiro (nota 11)	(13)
Amortização	(331.730)
Saldo em 30 de junho de 2022	9.800.404

Dentre as adições realizadas nos primeiros semestres de 2022 e 2021, não houve movimentação a título de encargos financeiros.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisados anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,68%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

c) Obrigações especiais

O saldo do ativo intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem a seguinte composição:

Obrigações Vinculadas à Concessão	30/06/2022	31/12/2021
Participação Financeira do Consumidor (1)	(4.524.082)	(4.246.489)
Participação da União, Estados e Municípios (2)	(565.955)	(546.171)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(306.080)	(306.080)
Outros, Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos	(283.728)	(287.957)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(95.552)	(95.552)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(4.071)	(4.071)
Pesquisa e Desenvolvimento	(6.706)	(5.115)
(-) Amortização Acumulada	1.704.751	1.613.335
Total	(4.081.423)	(3.878.100)

Alocação	30/06/2022	31/12/2021
Infraestrutura em construção - Ativo de Contrato	(740.208)	(717.483)
Infraestrutura - Intangível em Serviço	(3.341.215)	(3.160.617)
Total	(4.081.423)	(3.878.100)

- (1) As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, conforme estabelecido nos regulamentos específicos.
- (2) As contribuições da União, Estados e Municípios representam a participação destes entes em obras para fornecimento de energia. A participação dos municípios é a mais relevante nessa rubrica (59% do saldo) e, de modo geral, são obras relativas à extensão e modificação de redes de distribuição não universalizadas.

A taxa de amortização das obrigações vinculadas é a taxa média da atividade à qual o ativo foi incorporado. A média anual é 4,09%, que representa, por atividade:

Distribuição	Administração
3,91%	15,68%

14. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	148.401	28.408	176.809
Baixa (contratos encerrados)	(3.299)	-	(3.299)
Adição	891	-	891
Amortização (1)	(3.831)	(18.944)	(22.775)
Remensuração	(730)	-	(730)
Saldo em 30 de junho de 2022	141.432	9.464	150.896

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$249 no período de janeiro a junho de 2022 (R\$220 no período de janeiro a junho de 2021).

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.012
Adição	891
Baixas (contratos encerrados)	(3.498)
Juros incorridos (1)	10.201
Arrendamentos pagos	(29.525)
Juros sobre arrendamentos pagos	(937)
Remensuração	(730)
Saldo em 30 de junho de 2022	167.414
Passivo circulante	30.109
Passivo não circulante	137.305

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$690 no período de janeiro a junho de 2022 (R\$655 no período de janeiro a junho de 2021).

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	469.172	167.414
PIS/Pasep e Cofins potencial	41.219	13.756

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2022	20.637
2023	21.828
2024	21.633
2025	21.502
2026	21.347
2027 a 2047	362.225
Valores não descontados	469.172
Juros embutidos	(301.758)
Passivo de arrendamentos	167.414

15. FORNECEDORES

	30/06/2022	31/12/2021
Energia de curto prazo - CCEE	96.091	122.384
Encargos de uso da rede elétrica (1)	177.451	181.586
Energia elétrica comprada para revenda (2)	701.250	999.008
Itaipu binacional	130.697	331.118
Materiais e serviços	473.229	385.898
	1.578.718	2.019.994

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel;
- (2) A melhora nas condições hidrológicas do sistema nos períodos comparados possibilitou que o ONS encerrasse os despachos fora da ordem de mérito, o que reduziu os encargos pagos para cobrir esses despachos e os efeitos de disponibilidade das usinas.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	37.417	80.087
Cofins	77.929	67.996
PIS/Pasep	16.739	14.595
INSS	23.713	23.259
ISSQN	12.934	11.106
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	22.839	17.968
Outros	10.464	11.812
	202.035	226.823
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	2.579.363	704.025
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	33.384	2.132.289
	2.612.747	2.836.314

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.612.747 em 30 de junho de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 7a, já tendo sido restituído o montante de R\$2.518.806 até junho de 2022 (R\$1.583.314 até dezembro de 2021).

Em complemento ao passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a Companhia registrou, em junho de 2022, o montante atualizado de R\$624.251 decorrentes da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22. A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

Adicionalmente foi registrado como provisão o montante de R\$1.405.106 referente à obrigação de devolução integral do referido crédito tributário aos consumidores, com fundamento na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração e suportada nas opiniões de seus assessores legais, consubstanciada no montante excedente àquele incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. Para mais informações, ver na nota explicativa nº 20.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores, conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.

- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigorou de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente.
- Em 22 de junho de 2022, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2022, que vigora desde 22 de junho de 2022 até 27 de maio de 2023, do componente financeiro negativo de R\$2.810.830, correspondente à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa nº 7b. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Companhia, ver nota explicativa nº 11b.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2022						31/12/2021
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	3.231	765	3.996	5.647
Total de empréstimos e financiamentos				3.231	765	3.996	5.647
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	304.968	578.141	883.109	1.147.465
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	2024	CDI + 0,454%	R\$	545.484	540.000	1.085.484	1.355.933
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.950	1.848.320	1.851.270	1.759.628
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série (1)	2027	CDI+1,35%	R\$	272	500.000	500.272	-
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série (1)	2029	IPCA+6,10%	R\$	118	502.462	502.580	-
(-) Deságio na emissão de debêntures (2)				-	(13.740)	(13.740)	(15.002)
(-) Custos de transação				(765)	(16.919)	(17.684)	(6.510)
Total de debêntures				853.027	3.938.264	4.791.291	4.241.514
Total geral				856.258	3.939.029	4.795.287	4.247.161

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(2) Deságio na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

Captações de recursos

Em 29 de junho de 2022, a Companhia concluiu a liquidação da sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em 2 séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita: (i) 1ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,35%, com vencimento em 5 anos, cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e (ii) 2ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de IPCA + 6,1052%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de distribuição de energia elétrica, conforme detalhado nos documentos da emissão das Debêntures.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série	Junho de 2022	2027	CDI + 1,35%	500.000
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série	Junho de 2022	2029	6,10% do IPCA	500.000
(-) Custos de transação				(12.050)
(-) Deságio (1)				(375)
Total de captações				987.575

(1) Deságio na emissão das debêntures referente a 2ª série das debêntures.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	18.960	289.076	289.069	1.213.232	924.160	502.462	3.236.959
UFIR/RGR (2)	1.617	2.379	-	-	-	-	3.996
CDI (3)	275.756	540.000	270.000	-	-	500.000	1.585.756
Total por Indexadores	296.333	831.455	559.069	1.213.232	924.160	1.002.462	4.826.711
(-) Custos de transação	(337)	(758)	(428)	(2.107)	(2.009)	(12.045)	(17.684)
(-) Deságio	-	-	-	(6.683)	(6.683)	(374)	(13.740)
Total geral	295.996	830.697	558.641	1.204.442	915.468	990.043	4.795.287

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;

(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Variação acumulada no 1º semestre de 2022 (%)	Variação acumulada no 1º semestre de 2021 (%)	Indexador	Variação acumulada no 1º semestre de 2022 (%)	Variação acumulada no 1º semestre de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(6,14)	(3,74)	IPCA	5,49	3,77
			CDI	5,36	1,26

Moeda	Variação acumulada no período de abril a junho de 2022 (%)	Variação acumulada no período de abril a junho de 2021 (%)	Indexador	Variação acumulada no período de abril a junho de 2022 (%)	Variação acumulada no período de abril a junho de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	10,56	(12,20)	IPCA	2,22	1,68
			CDI	2,86	0,77

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.247.161
Empréstimos obtidos	1.000.000
Custos de transação	(12.050)
Deságio na emissão de debêntures	(375)
Captações Líquidas	987.575
Variação monetária	139.778
Encargos financeiros provisionados	129.262
Amortização do custo de transação	874
Encargos financeiros pagos	(160.970)
Amortização de principal	(548.393)
Saldo em 30 de junho de 2022	4.795.287

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	129.262	92.040
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 12 e 13)	(16.250)	(11.938)
Efeito líquido no resultado	113.012	80.102

(1) A taxa média de capitalização foi de 13,46% a.a. em 30 de junho de 2022 (8,01 % a.a. em 30 de junho de 2021).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 30 de junho de 2022, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.918.043
Aval e fianças	882.815
Recebíveis	990.433
Ações	3.822
Sem garantia	174
TOTAL	4.795.287

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contrato com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esse índice de forma sistemática e constante, de forma que a condição seja atendida.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2022	31/12/2021
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	236.394	237.426
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	102.725	89.947
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.634	3.677
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.551	7.638
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2)	46.557	46.557
CDE sobre P&D (1)	1.665	2.291
CDE sobre PEE (1)	3.330	4.583
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.101	1.809
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias (3)	16	251.837
	451.843	696.635
Passivo circulante	403.543	499.178
Passivo não circulante	48.300	197.457

- (1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020;
- (3) Variação decorrente da mudança no acionamento de bandeiras, tendo sido acionada a bandeira escassez hídrica em dezembro de 2021 e mantida a bandeira verde em junho de 2022.

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	1.623.608	2.503.024	46.763	4.173.395
Despesa reconhecida no resultado	86.514	136.432	2.572	225.518
Contribuições pagas	(95.390)	(69.009)	(1.309)	(165.708)
Passivo líquido em 30 de junho de 2022	1.614.732	2.570.447	48.026	4.233.205
			30/06/2022	31/12/2021
Passivo circulante			258.999	244.559
Passivo não circulante			3.974.206	3.928.836

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$204.832 (R\$145.680 em 30 de junho de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$21.933 (R\$24.740 em 30 de junho de 2021).

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$309.013 e R\$58.860.

Em fevereiro de 2022, a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. O referido processo encontra-se atualmente em pauta para julgamento de Recurso Ordinário.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$238.608 (R\$278.580 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2022, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$387.017 (R\$390.458 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$249.397, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$137.620. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação no montante de R\$8.430 (R\$4.914 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recursado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$2.598, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$182.316, através de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

20. PROVISÕES

	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2022
Provisões operacionais					
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (a)	-	1.405.106	-	-	1.405.106
Provisões para contingências (b)					
Trabalhistas	293.731	36.503	(6.662)	(36.504)	287.068
Cíveis					
Relações de consumo	31.015	18.915	-	(14.060)	35.870
Outras ações cíveis	36.127	7.379	(462)	(4.687)	38.357
	67.142	26.294	(462)	(18.747)	74.227
Tributárias	797.442	38.876	-	(255)	836.063
Regulatórias	32.545	2.065	(1.671)	(288)	32.651
Outras	12.730	7.213	(6.616)	(7.203)	6.124
Total	1.203.590	1.516.057	(15.411)	(62.997)	2.641.239

a) Provisões operacionais

Em 27 de junho de 2022, foi sancionada a Lei nº 14.385/22, que determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. Como consequência, foi constituída uma provisão no montante atualizado de R\$1.405.106, que representa os valores excedentes àqueles incluídos no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente aos períodos alcançados pela prescrição civil, a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

A Administração da Companhia aguarda a regulamentação da Lei pela Aneel e avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme quadro acima.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

As principais provisões e passivos contingentes são detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.227.039 (R\$1.279.002 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$287.068 foram provisionados (R\$293.731 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$219.475 (R\$148.911 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$35.870 (R\$31.015 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$454.727 (R\$376.357 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$38.357 (R\$36.127 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$928.836 (R\$886.365 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$827.266 (R\$789.576 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$136.035 (R\$120.923 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$8.797 (R\$7.866 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$360.719 (R\$311.883 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$32.651 (R\$32.545 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$456.917 (R\$419.869 em 31 de dezembro de 2021) dos quais R\$882 (R\$810 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$279.762 (R\$250.436 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$5.242 (R\$11.920 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$177.686, em razão da perda do direito aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram o recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Previdenciária sobre o valor pago, sob o entendimento de não há tributação sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia possível e para evitar o risco de multa futura, a Companhia e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de

R\$121.834, o qual, atualizado, corresponde a R\$212.270 (R\$207.863 em 31 de dezembro de 2021). Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ, mantendo-se a classificação de perda desta demanda como possível, com provisão do valor integral em depósito judicial. Para a ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante da sua atual fase processual, mantém-se também a classificação de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$106.306 (R\$101.475 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$92.522 (R\$88.563 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$330.317 (R\$309.008 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia avaliou e classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$63.014 (R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$169.798 (R\$161.780 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$47.558 (R\$43.312 em 31 de dezembro de 2021).

Ineficiência na prestação de serviços

Ação civil pública ajuizada pelo MPMG contra a Companhia em razão da suposta ineficiência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para os consumidores do município de Rio Vermelho. Considerando que a contestação da Companhia foi apresentada, aguarda-se o início da instrução probatória. O valor da contingência é de R\$286.214 em 30 de junho de 2022. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em razão da documentação recebida, bem como a natureza da ação.

Maioração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$446.745 (R\$413.375 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$216.184 (R\$198.144 em 31 de dezembro de 2021) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

b) Lucro por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro (prejuízo) líquido do período	(524.351)	739.793
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,22)	0,31

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro (prejuízo) líquido do período	(900.278)	347.641
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,38)	0,15

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Remuneração dos acionistas

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Em 22 de março de 2022 e 07 de junho de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP nos montantes de R\$130.457 e R\$152.262, respectivamente, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de 2022, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	11.468.771	10.122.765
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	935.491	430.911
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	1.788.661	1.669.221
Ativos e passivos financeiros setoriais	(972.040)	792.651
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	1.112.782	719.519
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	38.762	20.025
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(51.199)	(44.904)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	205.849	-
Outras receitas operacionais (c)	1.174.464	850.453
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(6.022.105)	(5.097.628)
	9.679.436	9.463.013

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	5.475.415	5.047.877
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	498.773	252.538
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	920.530	826.666
Ativos e passivos financeiros setoriais	(271.933)	453.744
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	683.279	398.218
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	19.030	9.119
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(19.305)	(14.335)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	66.855	-
Outras receitas operacionais (c)	762.406	405.503
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (d)	(3.203.931)	(2.578.292)
	4.931.119	4.801.038

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 7a.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	MWh (*)		R\$	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Residencial	5.609.896	5.641.592	5.839.839	5.280.573
Industrial	768.063	855.836	679.159	624.928
Comércio, serviços e outros	2.321.478	2.102.567	2.821.664	2.149.621
Rural	1.382.247	1.899.390	1.027.348	1.158.436
Poder público	427.628	358.362	355.340	265.367
Iluminação pública	570.596	670.035	303.579	361.053
Serviço público	691.906	699.867	467.109	391.974
Subtotal	11.771.814	12.227.649	11.494.038	10.231.952
Consumo próprio	16.711	16.832	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	28.054	913
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(53.321)	(110.100)
Total	11.788.525	12.244.481	11.468.771	10.122.765

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Residencial	2.768.128	2.766.585	2.724.031	2.620.987
Industrial	399.303	425.533	334.891	309.802
Comércio, serviços e outros	1.173.445	996.054	1.359.370	1.042.491
Rural	841.411	1.061.983	539.604	625.485
Poder público	223.437	171.645	176.026	128.263
Iluminação pública	285.585	314.679	136.207	149.098
Serviço público	351.948	352.752	220.132	197.094
Subtotal	6.043.257	6.089.231	5.490.261	5.073.220
Consumo próprio	6.857	8.272	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	15.260	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(30.106)	(25.343)
Total	6.050.114	6.097.503	5.475.415	5.047.877

(*) Valores em MWh não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

	MWh (*)	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Industrial	10.171.549	10.101.082
Comercial	856.422	722.967
Rural	21.114	20.347
Serviço Público	262	1.551
Poder Público	1.276	-
Concessionárias	137.291	124.337
Total de energia transportada	11.187.914	10.970.284

	MWh (*)	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Industrial	5.236.044	5.118.220
Comercial	422.505	356.817
Rural	9.128	10.560
Serviço Público	-	900
Poder Público	666	-
Concessionárias	73.729	52.220
Total de energia transportada	5.742.072	5.538.717

(*) Valores em MWh não revisados pelos auditores independentes.

c) Outras receitas (reversão) operacionais

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Serviço taxado	9.098	7.932
Outras prestações de serviços	13.591	9.380
Subvenções Baixa Renda	150.544	131.929
Outras subvenções (1)	731.149	540.481
Aluguel e arrendamento	321.077	97.553
Transações na CCEE	(51.684)	48.806
Outras	689	14.372
	1.174.464	850.453

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Serviço taxado	4.804	3.950
Outras prestações de serviços	6.769	4.101
Subvenções Baixa Renda	78.184	66.683
Outras subvenções (1)	414.603	274.160
Aluguel e arrendamento (2)	257.696	50.796
Transações na CCEE	(51.684)	(8.391)
Outras	350	14.204
	710.722	405.503

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$485.093 de janeiro a junho de 2022 (R\$494.424 de janeiro a junho de 2021) e R\$239.152 no 2º trimestre de 2022 (R\$246.577 no 2º trimestre de 2021), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$251.489 de janeiro a junho de 2022 (R\$46.057 de janeiro a junho de 2021) e R\$175.399 no 2º trimestre de 2022 (R\$27.583 no 2º trimestre de 2021), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; e a reversão de R\$5.433 de janeiro a junho de 2022, e constituição de R\$52 no 2º trimestre de 2022, da receita reconhecida em dezembro de 2021 em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.
- (2) Compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022. Este valor e sua respectiva correção monetária no montante de R\$10.344 serão recebidos em 4 parcelas mensais e sucessivas, tendo começado em julho de 2022.

d) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Impostos sobre a receita		
ICMS (1)	2.999.469	2.776.888
PIS/Pasep	229.561	179.406
Cofins	1.057.372	826.357
ISSQN	632	458
	4.287.034	3.783.109
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	32.423	29.967
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.890.421	1.202.846
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	11.945	10.268
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	17.065	18.861
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	8.532	9.431
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	(251.821)	7.017
CDE sobre P&D	5.119	8.593
CDE sobre PEE	10.239	17.186
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	11.148	10.350
	1.735.071	1.314.519
	6.022.105	5.097.628

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Impostos sobre a receita		
ICMS (1)	1.427.294	1.375.134
PIS/Pasep	141.327	90.936
Cofins	650.937	418.857
ISSQN	334	198
	2.219.892	1.885.125
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	16.204	4.545
Conta de desenvolvimento energético - CDE	935.677	589.367
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	5.970	99
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	8.529	8.692
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	4.264	4.347
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	-	55.037
CDE sobre P&D	2.558	8.593
CDE sobre PEE	5.117	17.186
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	5.720	5.301
	984.039	693.167
	3.203.931	2.578.292

- (1) Em 23 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. A redução das alíquotas em sua operação já foi implementada pela Companhia e a não incidência sobre componentes tarifários está em fase final de implantação. Até o presente momento, não foi identificado impacto material em suas operações devido à entrada em vigor da referida lei.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia é conforme abaixo:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Pessoal (a)	456.964	454.674
Participação de empregados e administradores no resultado	51.335	36.043
Obrigações pós-emprego	203.585	145.680
Materiais	41.321	32.271
Serviços de terceiros (b)	652.069	594.347
Energia elétrica comprada para revenda (c)	4.235.694	4.523.541
Amortização (Nota 13b)	331.730	311.729
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 14)	22.526	18.400
Provisões operacionais (d)	1.649.267	41.813
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema	1.468.393	1.485.726
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (e)	1.112.782	719.519
Outras despesas operacionais líquidas (f)	66.913	93.513
	10.292.579	8.457.256
Custos	9.468.711	7.986.618
Despesas	823.868	470.638
Total	10.292.579	8.457.256

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Pessoal (a)	256.948	242.165
Participação de empregados e administradores no resultado	27.336	15.946
Obrigações pós-emprego	100.998	73.783
Materiais	25.060	16.750
Serviços de terceiros (b)	328.439	294.492
Energia elétrica comprada para revenda (c)	2.257.209	2.375.202
Amortização	167.632	156.675
Amortização direito de uso - arrendamento	11.249	9.197
Provisões operacionais (d)	1.543.830	23.701
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema	579.441	720.452
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (e)	683.279	398.218
Outras despesas operacionais líquidas (f)	41.995	49.746
	6.023.416	4.376.327
Custos	5.556.242	4.211.786
Despesas	467.174	164.541
Total	6.023.416	4.376.327

a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022

Em 18 de abril de 2022, a Cemig aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão de 02 a 20 de maio de 2022, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. Em 26 de maio de 2022, houve reabertura do programa para adesão dos empregados no período de 30 de maio de 2022 a 03 de junho de 2022. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

O custo total da Cemig D para o programa corresponde a R\$36.941, representando a adesão de 238 empregados.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

O programa de desligamento voluntário aprovado em maio de 2021, teve custo total para a Cemig D de R\$29.069, representando a adesão de 271 empregados, no período de 10 a 31 de maio de 2021. Foram elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções constantes no Programa, que previa o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido”, sendo o prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

b) Serviços de terceiros

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Leitura de medidores e entrega de contas	67.751	63.192
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	250.850	213.091
Comunicação	62.849	75.783
Conservação e limpeza de prédios	21.068	21.965
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	31.950	45.969
Corte e religação	47.696	36.094
Podas de árvores	20.956	23.063
Serviços advocatícios e custas processuais	11.025	8.785
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.069	4.118
Serviços de tecnologia da informação	59.447	37.626
Mão de obra contratada	5.616	2.747
Hospedagem e alimentação	4.626	4.088
Vigilância	4.763	3.866
Manutenção e conservação de veículos	2.051	919
Reprografia e publicações legais	7.585	6.567
Consultoria	8.469	8.190
Inspeção de unidades consumidoras	17.335	13.816
Outros	23.963	24.468
	652.069	594.347

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Leitura de medidores e entrega de contas	38.081	32.018
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	118.436	96.690
Comunicação	26.934	36.163
Conservação e limpeza de prédios	11.218	11.064
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	16.326	22.803
Corte e religação	26.467	20.087
Podas de árvores	11.567	12.258
Serviços advocatícios e custas processuais	6.976	5.435
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	2.167	2.116
Serviços de tecnologia da informação	25.745	17.274
Mão de obra contratada	4.039	1.625
Hospedagem e alimentação	2.627	2.014
Vigilância	2.430	2.683
Manutenção e conservação de veículos	1.515	465
Reprografia e publicações legais	3.809	4.351
Consultoria	6.354	5.616
Inspeção de unidades consumidoras	9.438	8.214
Outros	14.310	13.616
	328.439	294.492

c) Energia elétrica comprada para revenda

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Energia de Itaipu binacional	803.911	967.628
Contratos por cotas de garantia física	459.205	422.310
Cotas das usinas de Angra I e II	178.596	122.289
Energia de curto prazo - CCEE	172.137	297.583
Contratos bilaterais	236.746	195.094
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.469.946	2.177.452
PROINFA	302.827	191.000
Geração distribuída	926.231	528.781
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(313.905)	(378.596)
	4.235.694	4.523.541

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Energia de Itaipu binacional	409.856	480.103
Contratos por cotas de garantia física	233.089	209.823
Cotas das usinas de Angra I e II	89.298	61.145
Energia de curto prazo - CCEE	108.330	297.583
Contratos bilaterais	126.663	110.107
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	835.650	1.046.928
PROINFA	151.413	95.500
Geração distribuída	472.642	273.757
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(169.732)	(199.744)
	2.257.209	2.375.202

d) Provisões (reversões) operacionais

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa (Nota 6) (1)	133.709	36.389
Perda esperadas para outros créditos a receber (2)	14.912	(11.000)
Provisão operacional - Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (3)	1.405.106	-
Provisão (reversão) para contingências (Nota 20)		
Trabalhistas	29.841	19.104
Cíveis	25.832	22.465
Tributárias	38.876	(26.497)
Regulatórias	394	(345)
Outras	597	1.697
	95.540	16.424
	1.649.267	41.813

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Perdas esperadas (reversão) de créditos com liquidação duvidosa (Nota 6) (1)	89.450	(7.789)
Perda esperadas para outros créditos a receber (2)	13.201	-
Provisão operacional - Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (3)	1.405.106	-
Provisão (reversão) para contingências (Nota 20)		
Trabalhistas	2.533	10.846
Cíveis	16.681	12.798
Tributárias	17.196	6.441
Regulatórias	(488)	781
Outras	151	624
	36.073	31.490
	1.543.830	23.701

- (1) A perda esperada de créditos com liquidação duvidosa é apresentada na demonstração do resultado como despesas com vendas.
- (2) Refere-se, principalmente, a perda esperada com multa por rescisão contratual de fornecedor. Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como outras despesas operacionais.
- (3) Provisão decorrente da obrigação presente gerada com a promulgação da Lei nº 14.385/22, a qual determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. A Companhia aguarda a regulamentação da Lei pela Aneel e avalia junto aos seus assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão. Para mais informações, ver notas explicativas nº 7ª, nº 16 e nº 20.

e) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Pessoal	50.554	30.642
Materiais	646.021	377.889
Serviços de terceiros	388.743	283.596
Encargos financeiros	16.250	11.938
Arrendamentos e aluguéis	2.331	1.305
Impostos e taxas	723	2.247
Outros	8.160	11.902
	1.112.782	719.519

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Pessoal	22.474	17.398
Materiais	403.350	210.543
Serviços de terceiros	240.873	157.156
Encargos financeiros	8.720	5.826
Arrendamentos e aluguéis	1.548	806
Impostos e taxas	493	936
Outros	5.821	5.553
	683.279	398.218

f) Outras despesas operacionais líquidas

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.547	863
Propaganda e publicidade	1.496	2.248
Consumo próprio de energia elétrica	12.963	11.387
Subvenções e doações	7.822	4.780
Anuidade CCEE	1.611	1.649
Seguros	4.683	5.183
Forluz - custeio administrativo	12.695	11.367
Agentes arrecadadores	40.115	42.892
Impostos e taxas	4.064	4.105
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável	(7.053)	3.722
Outras despesas (reversão)	(13.030)	5.317
	66.913	93.513

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de despesas) (1)	788	(161)
Propaganda e publicidade	899	2.133
Consumo próprio de energia elétrica	12.963	11.387
Subvenções e doações	3.485	3.773
Anuidade CCEE	803	825
Seguros	2.322	2.481
Forluz - custeio administrativo	6.834	5.855
Agentes arrecadadores	19.804	21.974
Impostos e taxas	743	1.153
Perda por redução ao valor recuperável	-	3.722
Outras despesas (reversão)	(6.646)	(3.396)
	41.995	49.746

- (1) A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos seus custos totais. Sendo assim, nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16/CPC 06.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	25.829	32.869
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(11.999)	(14.719)
Acréscimos moratórios de contas de energia	193.376	234.659
Variações cambiais de Itaipu	32.213	7.291
Variações monetárias	15.085	2.000
Variação monetária depósitos judiciais	19.959	4.879
Variação monetária - CVA (Nota 11)	111.216	6.927
Outras	19.478	18.945
	405.157	292.851
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(113.012)	(80.102)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(874)	(904)
Encargos de variação monetária - Forluz	(21.933)	(24.740)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(139.778)	(121.169)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(375.383)	(13.336)
Variação monetária de P&D e PEE	(16.208)	(2.636)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(9.511)	(9.552)
Outras variações monetárias	(11.815)	(10.432)
Outras	(24.227)	(19.522)
	(712.741)	(282.393)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(307.584)	10.458

	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	16.828	19.441
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(4.089)	(8.409)
Acréscimos moratórios de contas de energia	100.252	121.235
Variações cambiais de Itaipu	8.248	7.291
Variações monetárias	14.226	1.332
Variação monetária depósitos judiciais	11.258	3.326
Variação monetária - CVA (Nota 11)	59.217	6.927
Outras	12.890	14.809
	218.830	165.952
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(56.774)	(38.953)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(442)	(436)
Encargos de variação monetária - Forluz	(11.761)	(11.427)
Variações cambiais de Itaipu	-	16.963
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(77.589)	(50.587)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(366.020)	(4.767)
Variação monetária - CVA (Nota 11b)	-	1.541
Variação monetária de P&D e PEE	(9.130)	(1.331)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(4.664)	(4.590)
Outras variações monetárias	(6.428)	(7.224)
Outras	(18.409)	(15.228)
	(551.217)	(116.039)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(332.387)	49.913

- (1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
- (2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Operações com energia elétrica (3)								
Companhia Energética de Minas Gerais	72	72	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	4.186	3.431	24.663	24.067	18.135	13.318	(138.723)	(122.105)
Aliança Geração	1.693	-	10.929	9.857	29.229	22.902	(58.776)	(50.351)
Madeira Energia	-	-	25.676	24.105	-	-	(108.493)	(102.255)
Norte Energia	-	-	28.538	26.809	-	-	(119.684)	(113.067)
Baguari Energia	-	-	1.046	983	-	-	(3.928)	(4.351)
TAESA	-	-	8.115	8.483	-	-	(59.624)	(49.958)
Retiro Baixo	-	570	662	622	3.434	2.912	(2.776)	(3.062)
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão (5)	-	-	8.650	8.650	-	-	(38.926)	(38.459)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	101.814	167.366	-	-	85.851	45.711	-	-
Convênio de compartilhamento (2)								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	28.573	11.370	-	-	(22.485)	(20.102)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.565	2.362	-	-	(431)	(1.845)
Prestação de serviço								
Axxiom (6)	-	-	-	62	-	-	-	-
Mútuo								
Companhia Energética de Minas Gerais (4)	-	-	-	-	-	-	(3.024)	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	986.795	916.961	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	141.333	15.950	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	448.510	336.078	-	-	5.618	23.853	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	7.561	69.125	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (7)	-	-	140.750	130.870	-	-	(86.514)	(61.625)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (8)	-	-	-	-	-	-	(26.066)	(25.857)
Custeio administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(12.965)	(11.367)
Arrendamento (10)	124.385	127.031	17.187	17.186	-	-	(11.352)	(10.777)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (7)	-	-	1.473.982	1.492.738	-	-	-	-
Arrendamento (10)	-	-	122.053	122.532	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	139.042	127.015	-	-	(139.004)	(92.972)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (11)	-	-	2.479.431	2.422.772	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar é de R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 30 de junho de 2022, quinze parcelas foram compensadas;
- Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação

- direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (4) Refere-se à contrato de mútuo firmado, em 2 de março de 2022, entre a Companhia e a sua controladora no montante de R\$100 milhões, liquidado em 31 de maio de 2022, acrescido de juros no montante de R\$3.024 mil, correspondente a 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora. O mútuo teve anuência da Aneel;
 - (5) Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
 - (6) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
 - (7) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
 - (8) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
 - (9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
 - (10) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Distribuição;
 - (11) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, de 26,25% em 30 de junho de 2022 (18,95% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Remuneração	5.007	4.542
Participação nos resultados	578	492
Previdência privada	647	534
Planos de saúde e odontológico	54	41
Seguro de vida	15	-
Total (1)	6.301	5.609

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, são como segue:

	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	2	88.053	88.053	218.822	218.822
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)	2	3.146.503	3.146.503	3.335.034	3.335.034
Fundos vinculados	2	634	634	2.144	2.144
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.315.658	1.315.658	2.147.548	2.147.548
Reembolso de subsídios tarifários	2	90.963	90.963	287.420	287.420
Subvenção baixa renda	2	50.269	50.269	46.540	46.540
Depósitos vinculados a litígios	2	633.898	633.898	619.772	619.772
		5.325.978	5.325.978	6.657.280	6.657.280
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	749.705	749.705	93.764	93.764
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	131.000	131.000	19.689	19.689
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	86.690	86.690	34.937	34.937
Letras financeiras - bancos	2	280.245	280.245	137.920	137.920
Debêntures	2	2.097	2.097	-	-
		500.032	500.032	192.546	192.546
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	948.513	948.513	683.729	683.729
		2.198.250	2.198.250	970.039	970.039
		7.524.228	7.524.228	7.627.319	7.627.319
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(4.795.287)	(4.795.287)	(4.247.161)	(4.247.161)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(238.608)	(238.608)	(278.580)	(278.580)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(387.017)	(387.017)	(390.458)	(390.458)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(270.951)	(270.951)	(51.359)	(51.359)
Fornecedores	2	(1.578.718)	(1.578.718)	(2.019.994)	(2.019.994)
Arrendamento	2	(167.414)	(167.414)	(191.012)	(191.012)
		(7.437.995)	(7.437.995)	(7.178.564)	(7.178.564)

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; e (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições estão divulgadas na nota explicativa 27 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência do pagamento de energia elétrica comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2022		31/12/2021	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(24.952)	(130.697)	(59.335)	(331.118)
Passivo líquido exposto		(130.697)		(331.118)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 30 de junho de 2023 será uma desvalorização de 7,79% (R\$4,83). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	30/06/2022	30 de junho de 2023		
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,83	Cenário possível Dólar R\$6,04	Cenário remoto Dólar R\$7,25
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(130.697)	(120.517)	(150.708)	(180.900)
Passivo líquido exposto	(130.697)	(120.517)	(150.708)	(180.900)
Efeito líquido da variação cambial		10.180	(20.011)	(50.203)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 30 de junho de 2022. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	30/06/2022	31/12/2021
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	749.705	93.764
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	588.085	411.368
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11)	1.315.658	2.147.548
	2.653.448	2.652.680
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.585.756)	(1.355.933)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11)	(270.951)	(51.359)
	(1.856.707)	(1.407.292)
Ativo líquido exposto	796.741	1.245.388

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2023, a taxa Selic será de 12,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa de 25% e 50%, em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	30/06/2022	30 de junho de 2023		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,25%	Cenário possível Selic 9,19%	Cenário remoto Selic 6,13%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	749.705	841.544	818.603	795.662
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	588.085	660.125	642.130	624.135
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11)	1.315.658	1.476.826	1.436.567	1.396.308
	2.653.448	2.978.495	2.897.300	2.816.105
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.585.756)	(1.780.011)	(1.731.487)	(1.682.963)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11)	(270.951)	(304.142)	(295.851)	(287.560)
	(1.856.707)	(2.084.153)	(2.027.338)	(1.970.523)
Ativo líquido exposto	796.741	894.342	869.962	845.582
Efeito líquido da variação das taxas de juros		97.601	73.221	48.841

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de junho de 2022, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/06/2022	31/12/2021
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11)	948.513	683.729
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(3.236.959)	(2.907.093)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(238.608)	(278.580)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(387.017)	(390.458)
	(3.862.584)	(3.576.131)
Passivo líquido exposto	(2.914.071)	(2.892.402)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,14% e a taxa de IGPM será de 3,81% em 30 de junho de 2023, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Risco - Elevação da inflação	30/06/2022	30 de junho de 2023		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,14% IGPM 3,81%	Cenário possível IPCA 6,43% IGPM 4,76%	Cenário remoto IPCA 7,71% IGPM 5,72%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11)	948.513	997.267	1.009.502	1.021.643
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(3.236.959)	(3.403.339)	(3.445.095)	(3.486.529)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(238.608)	(250.872)	(253.950)	(257.005)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(387.017)	(406.910)	(411.902)	(416.856)
	(3.862.584)	(4.061.121)	(4.110.947)	(4.160.390)
Passivo líquido exposto	(2.914.071)	(3.063.854)	(3.101.445)	(3.138.747)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(149.783)	(187.374)	(224.676)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	56.186	112.328	995.938	4.198.590	-	5.363.042
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	10.561	21.177	98.155	135.930	-	265.823
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.682	9.398	43.399	254.550	335.040	647.069
	71.429	142.903	1.137.492	4.589.070	335.040	6.275.934
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.390.825	187.893	-	-	-	1.578.718
	1.462.254	330.796	1.137.492	4.589.070	335.040	7.854.652

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

A Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 17.

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa em 30 de junho de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$818.366.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da CEMIG Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody's ou Standard & Poors.

Outros riscos operacionais

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 30 de junho de 2022.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Total do passivo	19.062.531	17.654.962
Caixa e equivalentes de caixa	(788.847)	(198.694)
Títulos e valores mobiliários	(580.523)	(342.243)
Passivo líquido	17.693.161	17.114.025
Total do patrimônio líquido	6.135.596	6.942.666
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,88	2,47

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$16.250 no período findo em 30 de junho de 2022 (R\$11.938 em 30 de junho de 2021);
- adições nos arrendamentos no montante de R\$891 no período findo em 30 de junho de 2022 (R\$5.288 em 30 de junho de 2021).

28. RISCOS RELACIONADOS A COMPLIANCE COM LEIS E REGULAMENTOS

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada no mês de dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, aprovado pela Comissão de Investigação e enviado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Cemig. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2022, prejuízo de R\$900.278, em comparação ao lucro líquido de R\$347.641 no mesmo período de 2021. As principais variações na comparação dos resultados dos três meses de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir.

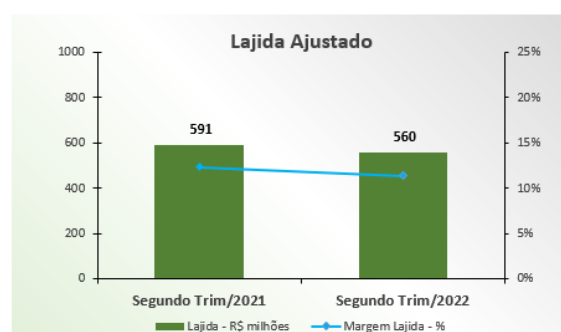
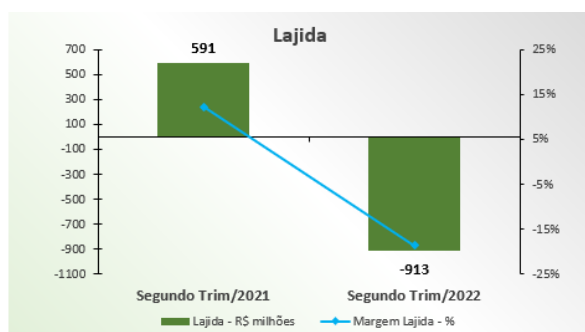
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, foi de R\$913.416 negativo no segundo trimestre de 2022, comparado a R\$590.583 no mesmo período de 2021. A margem do Lajida passou de 12,31% no segundo trimestre de 2021 para 18,52% negativo no mesmo período de 2022. Essa variação decorre do reconhecimento dos efeitos da promulgação da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS aos usuários das distribuidoras de energia elétrica, resultando em uma redução no resultado operacional no montante de R\$1.634.102. No primeiro semestre de 2022, o Lajida foi de R\$258.887 negativo, comparado a R\$1.335.886 no mesmo período de 2021. A margem do Lajida passou de 14,12% no primeiro semestre de 2021 para 2,67% negativo no mesmo período de 2022.

O Lajida ajustado pela exclusão de itens não recorrentes aumentou 1,84% no segundo trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 12,31% no segundo trimestre de 2021 para 12,19% no mesmo período de 2022. No semestre, o Lajida ajustado reduziu 0,12%, sendo de R\$1.255.976 no primeiro semestre de 2022, comparado a R\$1.257.525 no mesmo período de 2021. A margem do Lajida ajustado passou de 13,29% no primeiro semestre de 2021 para 12,98% no mesmo período de 2022.

Lajida - R\$ mil	Segundo Trim/2022	Segundo Trim/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Lucro (prejuízo) líquido do período	(900.278)	347.641	(524.351)	739.793
Despesa de IR e contribuição social	(524.406)	126.983	(396.376)	276.422
Resultado financeiro líquido	332.387	(49.913)	307.584	(10.458)
Amortização	178.881	165.872	354.256	330.129
= LAJIDA (1)	(913.416)	590.583	(258.887)	1.335.886
Devolução de Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	1.660.356	-	1.660.356	-
Reversão de provisões tributárias	-	-	-	(78.361)
TARD relacionado a uso de infraestrutura	(145.493)	-	(145.493)	-
= LAJIDA ajustado (2)	601.447	590.583	1.255.976	1.257.525

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Segundo Trim/2022	Segundo Trim/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	5.475.415	5.047.877
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	498.773	252.538
Receita de uso da rede - consumidores livres	920.530	826.666
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros	(271.933)	453.744
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	683.279	398.218
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	19.030	9.119
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(19.305)	(14.335)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	66.855	-
Outras receitas operacionais	762.406	405.503
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(3.203.931)	(2.578.292)
Total	4.931.119	4.801.038

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.475.415 no segundo trimestre de 2022, em comparação a R\$5.047.877 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 8,47%. Os principais impactos na receita no período decorrem dos seguintes fatores:

Composição do fornecimento por classe de consumo	Segundo Trim/2022			Segundo Trim/2021			Variações (%)	
	MWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh	R\$
Residencial	2.768.128	2.724.031	984,07	2.766.585	2.620.987	947,37	0,06	3,93
Industrial	399.303	334.891	838,69	425.533	309.802	728,03	(6,16)	8,10
Comércio, serviços e outros	1.173.445	1.359.370	1.158,44	996.054	1.042.491	1.046,62	17,81	30,40
Rural	841.411	539.604	641,31	1.061.983	625.485	588,98	(20,77)	(13,73)
Poder público	223.437	176.026	787,81	171.645	128.263	747,26	30,17	37,24
Iluminação pública	285.585	136.207	476,94	314.679	149.098	473,81	(9,25)	(8,65)
Serviço público	351.948	220.132	625,47	352.752	197.094	558,73	(0,23)	11,69
Subtotal	6.043.257	5.490.261	908,49	6.089.231	5.073.220	833,15	(0,76)	8,22
Consumo próprio	6.857	-	-	8.272	-	-	(17,11)	-
Suprimento a outras Concessionárias (3)	-	15.260	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(30.106)	-	-	(25.343)	-	-	18,79
Total	6.050.114	5.475.415	-	6.097.503	5.047.877	-	(0,78)	8,47

- (1) Informações sobre MWh não são auditadas pelos auditores independentes.
- (2) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
- (3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

- aumento de 17,81% de energia faturada na classe de Comércio e Serviços devido, principalmente, ao aumento no número de consumidores nesta classe, incluindo migração das classes Rural e Serviços Públicos, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu cadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- aumento de 30,17% de energia faturada na classe do Poder Público, principalmente, pelo aumento no número de consumidores nesta classe, devido à migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural para esta classe, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020;
- redução de 20,77% de energia faturada na classe Rural, compensando parcialmente os aumentos anteriores, justificado, principalmente, pela redução do número de consumidores dessa classe, devido à migração desses clientes para outras classes, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020;
- redução de 9,25% de energia faturada na classe de Iluminação Pública, devido, principalmente, à implantação de lâmpadas de led em diversos municípios.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2022, essa receita correspondeu ao montante de R\$920.530, comparada a R\$826.666 no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 11,35%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 16,41% na tarifa média de demanda dos clientes livres no 2º trimestre de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, parcialmente compensado pela redução de 4,10% na tarifa média de energia. Adicionalmente, verificou-se um aumento de 3,67% no transporte de energia no período, comparado ao mesmo período do exercício anterior.

	MWh		
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Var %
Industrial	5.236.044	5.118.220	2,30
Comercial	422.505	356.817	18,41
Rural	9.128	10.560	(13,56)
Serviço Público	-	900	-
Poder Público	666	-	-
Concessionárias	73.729	52.220	41,19
Total de energia transportada	5.742.072	5.538.717	3,67

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No segundo trimestre de 2022 foi reconhecida uma despesa no montante de R\$271.933, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R\$453.744 no mesmo período de 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia adquirida no ambiente regulado em 2022 em comparação aos valores considerados na tarifa.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$683.279 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$398.218 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 71,58%. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, destacando-se o atendimento rural e de crescimento de mercado, medição de energia e blindagem da receita, além do segmento de subtransmissão, relativo à expansão e digitalização da alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Receita com Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) alcançaram o montante de R\$66.855 no segundo trimestre de 2022. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$3.203.931 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$2.578.292 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 24,27%, decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$935.677 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$589.367 no mesmo período do exercício anterior, representando um aumento de 58,76%. Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos ficaram zerados no segundo trimestre de 2022, comparado ao montante de R\$55.037 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre do acionamento das bandeiras mais gravosas no período de 2021, comparado a nenhum acionamento no trimestre atual.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$6.023.416 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$4.376.327 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 37,64%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.257.209 no segundo trimestre de 2022, comparada a R\$2.375.202 no mesmo período de 2021, uma redução de 4,97%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- redução de 14,63% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$409.856 no segundo trimestre de 2022 comparadas a R\$480.103 no mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela redução no preço em dólar, de R\$28,07/KW para R\$24,73/KW, e pela redução de 3,8% no dólar médio do 2º trimestre de 2022 comparado à média do 2º trimestre de 2021;
- redução de 63,60% nas despesas com energia de curto prazo, sendo R\$108.330 no segundo trimestre de 2022 comparadas a R\$297.583 no mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela redução nos custos de efeitos de Cotas de Garantia Física, efeitos de Itaipu e efeitos de repactuação do risco hidrológico. Estes custos diminuíram devido, principalmente, à redução do PLD que teve uma média de R\$134,30 no período de 2021 contra R\$55,70 no período de 2022;
- redução de 20,18% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$835.650 no segundo trimestre de 2022 comparadas a R\$1.046.928 no mesmo período de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos por disponibilidade das usinas térmicas e da redução de aquisição de energia via MCSD;
- as reduções acima foram parcialmente compensadas pelo aumento de 72,65% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$472.642 no segundo trimestre de 2022, comparadas a R\$273.757 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada (714.820 MWh no segundo trimestre de 2022, comparado a 445.944 MWh no mesmo período de 2021).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 23c.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$579.441 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$720.452 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 19,57%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pela redução de 27% nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho de usinas fora da ordem de mérito, unida a uma redução de aproximadamente 10% na tarifa de rede básica, realizado em julho de 2021.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$1.543830 no segundo trimestre de 2022, comparadas a R\$23.701 no mesmo período de 2021. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- constituição de provisão operacional no montante atualizado de R\$1.405.106, decorrente dos efeitos contábeis da promulgação da Lei nº 14.385/22, a qual determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. A Companhia aguarda a regulamentação da Lei pela Aneel e avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão;
- variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$17.196 no segundo trimestre de 2022, em comparação à constituição líquida de R\$6.441 no mesmo período de 2021. Esta variação decorre, principalmente, de decisão favorável obtida em 2021 pela Companhia em um dos processos administrativos, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal, com a reversão de provisão;

- variação nas perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa, que apresentou constituição de R\$89.450 no segundo trimestre de 2022, comparada à reversão de R\$7.789 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre, principalmente, ao aprimoramento das regras de provisionamento no exercício de 2021, a fim de assimilar as boas práticas adotadas pelo segmento de distribuição de energia elétrica.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no segundo trimestre de 2022 foi uma despesa financeira líquida de R\$332.387 comparada a uma receita financeira líquida de R\$49.913 no mesmo período de 2021. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- constituição de despesa financeira líquida de R\$369.001 em complemento a atualização monetária do passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos. O complemento decorre da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22. A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins;
- redução na variação cambial de Itaipu, sendo uma receita financeira líquida de R\$8.248 no segundo trimestre de 2022, comparada a R\$24.594 no mesmo período de 2021, justificada pela menor variação cambial verificada no período de 2022, comparada à média do período anterior;
- aumento na despesa com variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo de R\$139.778 no segundo trimestre de 2022, comparada a R\$50.587 no mesmo período de 2021. Esta variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 5,49% no acumulado de janeiro a junho de 2022, comparada à variação de 3,77% no mesmo período de 2021.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2022, uma recuperação de despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$524.406 em relação ao prejuízo antes dos impostos de R\$1.424.684. No segundo trimestre de 2021, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$126.983 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$474.624.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c.

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 28 às informações contábeis existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as informações contábeis intermediárias do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, apresentados como valores correspondentes nas informações contábeis intermediárias do período corrente, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão datados em 29 de março de 2022 e 16 de agosto de 2021, respectivamente, sem modificações. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7